

A TRANSIÇÃO CAPITALISTA NO RIO GRANDE DO SUL, 1889-1930: UMA NOVA INTERPRETAÇÃO

Ronaldo Herrlein Jr. (PPGE da FACE-PUCRS)

Resumo. O artigo caracteriza o desenvolvimento capitalista do Rio Grande do Sul durante a Primeira República (1889-1930), fundamentando a hipótese de que a sociedade gaúcha experimentou um processo peculiar de transição para as relações capitalistas de produção, com características divergentes da transição nas regiões brasileiras agroexportadoras cujo desenvolvimento econômico assentara-se no latifúndio escravista. Para tanto, são apontadas quais foram as matrizes histórico-sociais prévias dessa transição no Rio Grande do Sul, bem como suas principais características no que se refere à dinâmica macroeconômica regional, ao papel e à natureza da intervenção do Estado regional sobre a economia e às origens e características da indústria e de seu mercado de trabalho.

Palavras-chave: história econômica – economia do Rio Grande do Sul – transição capitalista – desenvolvimento regional

1. Introdução

Este ensaio caracteriza o desenvolvimento capitalista na região do Rio Grande do Sul (RS) durante a Primeira República (1889-1930). Tratamos de fundamentar a hipótese de que a sociedade gaúcha experimentou um processo peculiar de transição para as relações capitalistas de produção, com características divergentes da transição nas regiões brasileiras agroexportadoras cujo desenvolvimento econômico assentara-se no latifúndio escravista.¹ A proposição de uma nova interpretação para esse processo integra um esforço coletivo de revisão historiográfica (Targa, 1996, org.; Targa, 1998, org.), que se apóia na hipótese de coexistência de formações sociais e históricas diversas nas regiões brasileiras, entendendo que a verdadeira unificação da história econômica do Brasil somente começou a efetivar-se quando da integração do mercado interno brasileiro, capitalista e industrial, na década de 50 do século XX.²

¹ Nossa fundamentação para essa hipótese resume as principais conclusões da tese de doutoramento em Economia, “Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional?”, defendida junto ao Instituto de Economia da UNICAMP, sob orientação do prof. Dr. João Manuel Cardoso de Mello (Herrlein Jr., 2000).

² Conforme Targa (1996, org.: 10). A interpretação das histórias regionais brasileiras segundo os modelos interpretativos forjados para compreender o caso de São Paulo (cuja histórica econômica vem sendo apresentada como sendo a do Brasil) decorre exatamente do não reconhecimento da referida coexistência de formações regionais diversas, a qual exige a elaboração de hipóteses e modelos interpretativos específicos. Nossa nova interpretação sobre a transição capitalista no RS, sem apoiar-se em novas evidências empíricas e recorrendo amplamente a notável historiografia já existente, recupera a singularidade dessa experiência regional, tomando como principal fonte de inspiração os ensaios precursores de Limeira Tejo (1939, 1982), que soube captar a peculiaridade sócio-econômica do RS, ainda que nos marcos de uma análise de corte institucionalista (influenciado pela escola histórica alemã) e sem dispor de dados adequados. Também Antônio Barros de Castro (1971, 1971a) é uma referência importante, pois em sua interpretação destaca-se o caráter singular da economia do RS (diversificação produtiva e “precoce desenvolvimento voltado para dentro”). As análises de Fernando Henrique Cardoso (1977), Paulo Renato de Souza (1973) e Paul Singer (1977) são referências historiográficas valiosas, mas todas elas perderam de vista aspectos singulares da economia e da sociedade gaúchas ao aplicarem modelos interpretativos forjados na compreensão da história sócio-econômica de SP. Na interpretação de Cardoso, o escravismo no RS é visto como realização imperfeita da sociedade senhorial vinculada ao

A especificidade da transição capitalista no Rio Grande do Sul (RS) tem sido resumida apenas ao papel subsidiário, supostamente menos dinâmico, dessa economia regional, às suas menores dimensões frente à economia cafeeira e à condição periférica que essa região veio a assumir posteriormente no desenvolvimento capitalista nacional.³ Pensamos que o papel subsidiário da economia gaúcha nos séculos XVIII e XIX e as formas originárias de apropriação e uso da terra possibilitaram a formação de uma região capaz de seguir um caminho específico de desenvolvimento capitalista, não-periférico em relação a outras regiões, mas alternativo e distinto do modelo de desenvolvimento capitalista que se estabeleceu nas regiões cujo dinamismo vinculava-se à agroexportação para o mercado mundial. No RS, as atividades da pecuária extensiva e da agropecuária colonial, estabelecidas ao final do século XIX, estavam ensejando outro tipo de acumulação comercial, fragmentada e desconcentrada. O papel historicamente subsidiário dessa economia regional viu-se atenuado pela crescente importância de seu mercado interno. As matrizes histórico-sociais peculiares dessa região estabeleceram então um curso próprio na transição para relações capitalistas de produção.

Neste ensaio, tratamos na seção seguinte de apontar quais foram as matrizes histórico-sociais prévias da passagem ao capitalismo no RS, para, nas seções seguintes, explicitar os contornos do processo de transição. A terceira seção, a mais extensa e importante, enfoca a estrutura e a dinâmica da economia regional no período, destacando os principais traços peculiares da transição capitalista no RS. Na quarta seção, indicamos as características da intervenção do Estado regional sobre a economia e a sociedade gaúchas. Na quinta seção, assinalamos a peculiaridade do processo de formação do mercado de trabalho no RS, em particular no meio urbano e industrial, destacando também o perfil do desenvolvimento industrial nessa região. A sexta seção apresenta nossas considerações finais.

latifúndio agroexportador (Targa, 1996a). No segundo caso (Souza, 1973), a economia gaúcha é interpretada como um modelo econômico primário-exportador. Por fim, Singer (1977) explicou a origem da indústria gaúcha como fruto de um processo de substituição de importações. Essas duas últimas análises são contestadas pela nova interpretação que apresentamos neste ensaio.

³ As análises sobre a economia gaúcha no período costumam indicar que suas características básicas são o caráter primário de sua produção e seu papel subsidiário da economia cafeeira, sendo seu crescimento dependente dos impulsos dinâmicos dessa última (Souza, 1973; Fonseca, 1983; Almeida, 1992). Desse ponto de vista, o movimento da economia gaúcha é assimilado ao de uma economia agroexportadora. Essa forma de compreender o movimento da economia gaúcha é explícita nos trabalhos de Paulo Renato de Souza (1973) e de Pedro Fernando Almeida (1992). Pedro Fonseca não se opõe a essa caracterização da economia gaúcha e aceita basicamente a idéia de que através da expansão das exportações agropecuárias essa economia é a “mais forte subsidiária do centro”, principalmente de São Paulo (1983:63).

2. Antecedentes da transição capitalista

Desde o período colonial, a economia gaúcha esteve articulada subsidiariamente aos principais interesses econômicos da metrópole. O povoamento e a montagem de uma sociedade lusobrasileira no território sul-rio-grandense transcorreram tardiamente e foram determinados por imperativos militares e visando a fins estratégicos. A condição do RS de fronteira em disputa, única no território brasileiro, definiu traços importantes da região (Santos, 1984:16-7). Desde logo, condicionou a ocupação extensiva da terra, através da concessão de sesmarias para paulistas, mineiros e cariocas, destinadas à constituição de estâncias de gado. Os grandes proprietários de terras exerceram por mais de um século o papel de “soldado-estancieiro”, capaz de arregimentar seus “peões” para eventuais embates pelo domínio lusitano do território. Assim, o primeiro móvel histórico da ocupação da terra no RS esteve na origem do latifúndio pastoril e da classe proprietária de terras.

A sociedade da pecuária e a economia local no século XVIII não foram estruturadas para atender propósitos imediatos da acumulação comercial metropolitana, mas para assegurar a posse do território, cabendo-lhes garantir de maneira auto-suficiente sua subsistência econômica, em condições de isolamento geográfico. A produção de um excedente para a metrópole não foi o fator determinante no estabelecimento dessa sociedade, que se fez com baixa densidade demográfica e sem que o escravismo desempenhasse papel econômico fundamental.⁴

O estabelecimento das charqueadas, na passagem para o século XIX, representou a instalação do setor essencialmente escravista da economia gaúcha.⁵ As charqueadas tornaram-se o novo centro reitor da pecuária extensiva, praticada nas estâncias, que se dedicavam então a exploração comercial não apenas dos couros, mas também da carne, que adquiria valor econômico. Configurou-se assim na região gaúcha um sistema econômico pecuário-charqueador, constituindo uma economia regional subsidiária em seu papel de atendimento à demanda nacional de charque, embora relativamente auto-suficiente no provimento dos recursos necessários à sua reprodução. Na grande propriedade fundiária, a pecuária conformou-se como atividade mercantil não-escravista e com uma forma de inserção parcial no mercado, através das

⁴ Durante todo o século XVIII, a arrecadação da Fazenda Real no RS não cobria nem a metade das despesas (Santos, 1984:174). Além de sustentar os conflitos parciais e as guerras contra os castelhanos, as despesas referiam-se ao vultoso empreendimento da colonização açoriana em meados do século XVIII.

⁵ Embora no período 1780 a 1820 tenha se intensificado o uso de escravos nas maiores lavouras de trigo, nas lavouras de subsistência das estâncias e nos ambientes domésticos e urbanos, o escravismo não detinha papel econômico essencial em atividades vinculadas à acumulação de capital mercantil, senão nas charqueadas. Sobre a importância da escravidão na economia gaúcha ver Targa (1996a) e Cardoso (1977).

charqueadas escravistas, ambas atividades econômicas com restrita capacidade de transformação e diferenciação.

No século XIX, as necessidades de ocupação e povoamento do território continuaram determinando a imigração para o RS, redundando no estabelecimento de um segundo sistema econômico, a agropecuária das colônias de imigrantes europeus, baseada na pequena propriedade e no trabalho familiar. Esse segundo sistema econômico regional experimentou um intenso processo de diferenciação, desdobrando-se nas atividades comerciais e na formação da maior parte da indústria regional, produzindo para atender os mercados locais e posteriormente incrementando as exportações regionais.

3. Estrutura e dinâmica da economia regional

A transição capitalista no RS assentou-se sobre as matrizes sócio-econômicas e políticas que estavam historicamente postas ao final do Império. Havia uma crise econômica no setor pecuário-charqueador, que era dominante na sociedade, mas enfrentava com dificuldade e lentidão a transformação das relações de produção imposta pelo fim do escravismo. Com o advento da República, esse setor perdeu o controle das instituições políticas regionais, enquanto a ascensão da agropecuária colonial e da acumulação comercial que nela se apoiava definiam os contornos principais das transformações capitalistas na região.

A estrutura da economia gaúcha no período pode ser figurada através dos dois sistemas econômicos que vimos referindo, o do norte do Estado, baseado na agropecuária colonial, e o do sul, baseado na pecuária extensiva. A diversificada produção agrícola predominava ao norte do Estado, onde se desenvolveram cultivos para o mercado regional e exportação. As exportações de produtos da agropecuária colonial vinham crescendo e se diversificando desde os anos 1860 e já alcançavam um valor equivalente às de charque nos anos 1890.⁶ Quase todos os produtos agrícolas e mesmo aqueles sujeitos a beneficiamento e processamento agroindustrial (farinhas, fumo, erva-mate, vinho, banha) adquiriam, desde os anos 1850, progressiva importância no consumo local, reduzindo as importações estaduais de alimentos (Dalmazo, 1986).

⁶ O acelerado crescimento da economia das colônias e do comércio vinculado a elas, como ficará claro adiante, caracteriza um quadro de notável pujança, prosperidade e dinamismo, muito diferente do quadro traçado por Celso Furtado para as experiências de imigração (com acesso à propriedade) promovidas durante o Império (que tendiam a definhar, envolvendo em simples economia de subsistência), das quais julgava ser um caso ilustrativo a colonização alemã no Rio Grande do Sul (1982: 124-5). A experiência singular da transformação capitalista no Rio Grande do Sul, para a qual concorreu de maneira decisiva o desenvolvimento do sistema da agropecuária colonial, passou despercebida na “Formação Econômica do Brasil”.

Ao final do século, a produção colonial experimentou um processo de mercantilização para atingir o mercado estadual, antes de seus produtos tornarem-se artigos importantes na pauta de exportações.⁷ No desenvolvimento mercantil da agropecuária colonial, a acumulação “originária” recaiu sobre os pequenos proprietários, através da transferência de rendimentos ao capital comercial que subordinava os produtores, controlando os fluxos mercantis e os preços de compra e venda.

Como assinalou Singer, “o que se verifica na economia das colônias é uma transformação verdadeiramente revolucionária, ou seja, a passagem da produção de subsistência [...] para a produção comercial” (1977:168). Essa transformação pode ser assim caracterizada:

“o vigor da expansão das exportações, em combinação com a intensa divisão da terra característica da zona colonial gaúcha, gerava um importante mercado a ser explorado. Desse modo, acumulava-se capital e gestava-se significativa capacidade de compra num meio em que havia uma numerosa população rural, potencialmente transferível para atividades urbanas, fossem elas artesanais ou industriais. Por isso, a expansão do capital comercial, significando também o crescimento da atividade agropecuária da colônia, induzia e, mesmo, exigia uma rápida transformação social” (Almeida, 1992:555).

A evolução das exportações dos principais produtos da agropecuária colonial pode ser avaliada através de sua participação crescente nos valores totais exportados pelo RS (Tabela 1). Na safra de 1927-8, os principais cultivos, segundo importância no valor da produção, foram milho, erva-mate, arroz, trigo, feijão, mandioca, batata-inglesa, cana, fumo, alfafa e cebolas (Fonseca, 1983:50), todos produtos que tinham no mercado interno à região sua principal destinação.

No início do século XX, contando com uma legislação federal protecionista, o cultivo do arroz estabeleceu-se em municípios da zona central e do litoral da Lagoa dos Patos, por iniciativa de capitais oriundos da pecuária ou do comércio. A lavoura do arroz veio a ser a primeira conduzida como grande lavoura intensiva em capital, caracterizando, ao lado da incipiente indústria e de algumas atividades de serviços, a penetração do capital na esfera da produção. O arroz era exportado para os mercados brasileiros e do Prata, mas o consumo interno sempre predominou na absorção da produção.

⁷ Essa evolução diverge daquela assinalada por Singer, para quem “a economia das colônias se monetariza, na medida em que ela se liga ao mercado nacional” (1977:167). A análise de Singer presume uma profunda dissociação entre os sistemas que compõem a economia regional, pois considera o desenvolvimento de cada um deles como pautado exclusivamente pelas suas conexões com os mercados externos à economia regional.

A zona sul do RS, que abrigava o sistema econômico apoiado na pecuária, também experimentou transformações importantes no período, embora o charque e os couros tenham sofrido grande perda relativa no conjunto da pauta de exportações (Tabela 1). O aspecto menos notável nessas lentas transformações terá sido a mercantilização dos meios de vida na Campanha, atingindo a vida nas estâncias, desarticulando sua produção de subsistência, já afetada pelo declínio do escravismo. É provável que a melhoria dos meios de transporte e o desenvolvimento do comércio estivessem paulatinamente tornando antieconômica a auto-suficiência das estâncias. As cidades da Campanha recebiam os contingentes de homens excedentes na nova vida das estâncias. O cercamento das terras e o transporte ferroviário, ao diminuir as tarefas de criação e movimentação do rebanho, facultaram a redução do número de peões e tropeiros, cuja relação com o proprietário estabelecia-se cada vez mais sob a forma de assalariamento.

As exportações de charque e de couros apresentaram fraco dinamismo ao longo da Primeira República, mas não permaneceram estagnadas. No que diz respeito às charqueadas, cuja produção fora duramente atingida pela abolição da escravidão, a estagnação das quantidades exportadas foi superada a partir da primeira década do século XX, atingindo seus maiores níveis históricos no período 1921-29. As exportações de couros, que tiveram grande importância no século XIX, sofreram a maior perda relativa no período em análise. Durante toda a Primeira República essa perda alcançou 20 pontos percentuais no valor total das exportações. A produção de lã e de carne frigorificada foi apenas em parte uma alternativa ao charque e aos couros como produtos capazes de dinamizar a economia baseada na pecuária sulina (Tabela 1).

O sistema econômico do sul, apoiado na grande propriedade fundiária e na pecuária extensiva, apresentou uma reduzida capacidade de auto-transformação, no sentido de originar novos ramos de produção agrícola ou industrial (Almeida, 1992:551; Tejo, 1982:82-4). A concentração da riqueza e o caráter rentista de sua aplicação retardavam o desenvolvimento capitalista, restringindo as oportunidades de mercado e emprego. Entretanto, a pecuária, a charqueada, a ovinocultura e os frigoríficos foram setores responsáveis por importante volume de produção, expresso pela participação majoritária de seus respectivos produtos no valor total das exportações regionais. Apesar da distribuição regressiva da renda, na economia do sul do Estado desenvolveram-se a urbanização e a acumulação comercial e ampliou-se o mercado local (Almeida, 1992:560).

As trajetórias diversas de desenvolvimento dos dois sistemas econômicos regionais explicam a mudança notável observada na pauta de exportações. A agropecuária colonial atingiu um peso quase equivalente ao outro sistema na estrutura da pauta de exportações, enquanto a economia pecuária-chargeadora manteve importância absoluta, ampliando-se muito as bases do mercado regional e da acumulação comercial.

Diversos ramos industriais estabeleceram-se no RS no período em análise. Os primeiros estabelecimentos de grande porte (mais de cem operários) foram do ramo têxtil e estabeleceram-se no sul, devido às vantagens de localização em proximidade ao porto. Nas maiores cidades do sul, Rio Grande e Pelotas, a indústria era mais concentrada e pouco diversificada. No norte, a acumulação de capital comercial esteve, entre 1889 e 1910, na origem da indústria de Porto Alegre, que produzia uma diversificada gama de bens de consumo, com participação expressiva de muitos pequenos proprietários, voltando-se sobretudo ao atendimento do mercado regional.

Também durante a Primeira República constituíram-se ou expandiram-se os bancos regionais, formados com capitais locais. Em 1920, o RS possuía mais bancos controlados por brasileiros que as demais economias regionais (Love, 1975). Os bancos regionais deram suporte às atividades produtivas e comerciais no RS (Lagemann, 1999, 1985), configurando um sistema bancário de forte credibilidade, que somente foi abalado com a crise instalada a partir de 1929 (Franco, 1983:146). Antes disso, em 1928, o governo estadual instituiu um banco público para o desenvolvimento econômico.

A economia gaúcha articulava-se numa divisão nacional do trabalho, enquanto produtora agropecuária e agro-industrial que tinha nos demais mercados regionais o seu diversificado “setor de mercado externo” (Singer, 1977:169). A produção de uma gama relativamente ampla de produtos alimentares *in natura* ou processados garantia o provimento interno, de tal modo que os novos produtos que ganharam destaque na pauta de exportações após 1889 expandiram sua produção atendendo primeiro ao mercado regional e a seguir ao “nacional” (Dalmazo, 1986:34). A diversidade dos mercados alcançados pela produção regional, pela variedade tanto de produtos (Tabela 1) como de regiões de destino (Tabela 2), tornou possível, ao longo de décadas, deslocar a oferta regional de uns produtos para outros, quando a produção local viu-se ameaçada pela concorrência de produtores de outras regiões (Castro, 1971; Fonseca, 1983).

A distância do RS e os precários meios de ligação com o resto do País encareciam os custos de transporte e dificultavam a penetração de produtos de outras

regiões e do exterior no mercado gaúcho (Tejo, 1939). O relativo isolamento da economia gaúcha determinou que ela tivesse de prover-se, além dos alimentos que produzia, da maior parte dos demais bens de consumo corrente (vestuário, mobília) e das ferramentas, utensílios, meios de transporte terrestre, embarcações, etc. de que necessitava. Desse modo, a agregação de dois sistemas econômicos combinava-se ao relativo isolamento geográfico, condicionando o desenvolvimento econômico no sentido tanto de uma diversificação produtiva e das exportações, quanto de um elevado grau de auto-suficiência (Tejo, 1939). Além de exportar uma larga parcela de sua produção, essa economia regional reproduzia-se historicamente com superávits comerciais (que perduraram até 1920).⁸

Aspecto notável e decisivo para as transformações da economia do RS durante a Primeira República foi o estabelecimento das condições objetivas para a articulação dos dois sistemas da economia regional. A integração espacial do mercado regional fez-se através do desenvolvimento de uma rede fluvial operada comercialmente e da implantação de novos trechos e ligações da rede ferroviária, cabendo um pequeno papel para as vias rodoviárias (Ferreira Fº, 1960; Almeida, 1992).⁹ Paralelamente, através do combate ao contrabando, transcorreu a delimitação da fronteira econômica da região, deslocando-se significativamente a produção e o comércio da fronteira sul das suas vinculações com a praça e o porto de Montevideu para uma posição tributária do Estado regional e vinculada às praças de Rio Grande e Porto Alegre. Delimitou-se o espaço do mercado interno regional e com isso o campo de ação para a reprodução dos capitais regionais, enquanto superava-se o isolamento histórico dos dois sistemas econômicos.¹⁰

No que se refere à dinâmica macroeconômica, o desenvolvimento capitalista no RS revestiu-se de características peculiares. O crescimento econômico era em parte tributário do dinamismo dos sistemas agroexportadores do Brasil, mas a dinâmica da

⁸ A conjugação de dois sistemas econômicos fazia da economia gaúcha a terceira região de maior peso no país. O RS era a quarta unidade federada em tamanho da população, com 7,1% da população nacional (após Minas Gerais, SP e Bahia), mas respondia por aproximadamente 11,4% do valor bruto da produção agrícola e industrial nacional em 1920 (Love, 1975:118). Nesse valor, ocupava a terceira posição nacional, após SP, que detinha um valor duas vezes e meia superior, e também após Minas Gerais. Em termos de valor da produção agrícola e industrial per capita, o RS detinha a segunda posição, com 376 mil réis, atrás de SP, com 587 mil réis, e à frente de Minas Gerais, com 178 mil réis (Love, 1975:117).

⁹ A acumulação de capital na região viabilizou a implantação da navegação comercial. As ferrovias apoiaram-se indiretamente nesse processo, pois foram construídas pelo capital estrangeiro, com garantias de juros pelo Estado, ou construídas diretamente pelo mesmo em alguns trechos.

¹⁰ A integração espacial do mercado interno regional provavelmente produziu um efeito importante de ampliação do mercado interno, favorecendo a geração de estímulos econômicos endógenos. A proposição de que o mercado regional gaúcho integrou-se nesse período opõe-se à interpretação clássica de Paul Singer (1977), segundo a qual os dois sistemas econômicos da região teriam permanecido isolados durante a Primeira República e seu desenvolvimento estaria estritamente vinculado às suas relações com os mercados externos ao RS. Na interpretação de Singer, o não-reconhecimento da integração do mercado

economia regional também era determinada pelo movimento de acumulação de capital e de difusão da produção de mercadorias interno à região. O crescimento apoiava-se nas exportações para diversas regiões brasileiras, mas não estava regido por uma pauta fixa de exportações, determinada independentemente das transformações da economia regional. Não foram as exportações que ordenaram e conduziram a estruturação da sociedade. Ao contrário, havia uma continuidade entre o provimento do mercado interno e as exportações regionais. No caso das exportações da agropecuária colonial, elas decorreram da produção para o mercado local e regional, advindo como uma expansão desta.¹¹

A economia regional assumiu uma nova configuração no período da Primeira República, alterando-se sua estrutura de oferta. Essa nova configuração da economia regional, parcialmente expressa pela mudança na pauta de exportações, assinalou o deslocamento do predomínio econômico do sul para o norte na economia gaúcha.¹² Além das exportações, cabe considerar o maior peso do mercado regional para a absorção da produção do norte que para a produção do sul.¹³ Levando-se em conta o conjunto da produção estadual, é provável que o peso do sistema econômico da agropecuária colonial tenha se tornado maior que o do outro sistema. Mesmo antes da virada do século, o sistema econômico da agropecuária colonial devia alcançar a colocação de seus produtos (alimentos) não apenas na zona colonial (como produção para autoconsumo) e em suas cidades, especialmente Porto Alegre, mas também, através da ligação desta com Rio Grande, na zona sul do mercado regional, pelo menos parcialmente.¹⁴

interno regional conduz, como veremos adiante, a uma compreensão também inadequada sobre a origem da indústria gaúcha.

¹¹ As relações entre os “setores” de mercado interno e externo da economia gaúcha, durante a Primeira República, divergem daquelas observadas em economias agroexportadoras, assemelhando-se, ao contrário, à caracterização feita por Celso Furtado para a economia das colônias de povoamento ao norte da América do Norte, nos séculos XVII e XVIII (1982:29).

¹² Fonseca também assinala que o dinamismo da economia estadual no período foi conferido pela agropecuária colonial, indicando que todos os novos municípios então criados são da metade norte do território estadual (1983:70). Porto Alegre tornou-se o principal pólo econômico, observando-se a decadência relativa de Rio Grande e Pelotas. A participação de Porto Alegre no total das arrecadações municipais era de 20% em 1912, alcança 30% em 1917 e chega a mais de 40%, após 1925 (1983:68,138, Tabela 44).

¹³ Todos os produtos da agropecuária colonial, com exceção da banha a partir de 1919, possuíam no mercado interno à região sua mais importante parcela de vendas. O mesmo não ocorria com o charque e com os couros, que se destinavam basicamente às exportações, apesar de que para esses produtos e a lã cresceu a importância absoluta do consumo interno no período (conforme dados em Dalmazo, 1986).

¹⁴ Segundo Antônio Barros de Castro, um visitante europeu observou, já nos primeiros anos do século XX, que a Campanha “se torna cada vez mais tributária da região colonial, que lhe envia seus produtos por água através da lagoa” (Pierre Denis, *Le Brésil au XX siècle*, Paris, 1910, *apud* Castro, 1971:57). O viajante também assinalou outras importantes vinculações econômicas entre a zona colonial e a da pecuária sulina, particularmente o processamento industrial na primeira de matérias-primas produzidas na segunda.

Essas transformações produtivas repercutiram no movimento do conjunto da economia estadual, possibilitando tanto um crescimento das exportações, quanto uma ampliação do mercado interno. Uma primeira aproximação do movimento da economia gaúcha pode ser estabelecida a partir de uma análise do desempenho das exportações e dos saldos comerciais. Desde 1900 até 1929, evidenciou-se um crescimento real das exportações gaúchas da ordem de 5% ao ano (Tabela 3).¹⁵

Se o excepcional crescimento das exportações gaúchas, após a virada do século, confirma o papel dinâmico da demanda externa para a economia regional, ele sugere também uma nova qualificação ao caráter subsidiário histórico da economia gaúcha, que passava a apresentar crescimento equiparável ao do centro dinâmico da economia nacional. A nova qualidade dessa economia revela-se na capacidade adquirida de diversificar e ampliar sua estrutura de oferta e, conseqüentemente, sua pauta de exportações, a partir do desenvolvimento comercial e industrial da agropecuária colonial, claramente delineado a partir dos anos 1870 (Singer, 1977).

Assim, o maior dinamismo apresentado pelas exportações gaúchas parece não ser explicado pela intensidade do crescimento da demanda, mas sim pela capacidade dos produtores regionais de expandir e diversificar uma oferta de bens de consumo, sobretudo de alimentos, cuja carência, resultado da própria lógica do modelo de crescimento agroexportador, tinha de ser suprida por importações do exterior. Essa capacidade da estrutura da oferta agregada na economia gaúcha, decorrente do dinamismo de suas transformações, permitiu-lhe crescer intensamente, ocupando parcelas dos mercados regionais brasileiros, cuja expansão dependia, em última instância, do desempenho das exportações nacionais. Esse processo de desenvolvimento tornou-se possível na medida que a produção gaúcha pôde apoiar-se num mercado interno relativamente amplo e em crescimento, bem como devido à diversidade dos mercados externos (regiões brasileiras) a que se dirigia a produção gaúcha.

As transformações da estrutura produtiva no RS e a integração econômica de seu território, durante a Primeira República, estabeleceram na região uma diversificada **economia de mercado interno**. O sistema da agropecuária colonial, no período em

¹⁵ Os dados indicam que o dinamismo dessa economia regional foi excepcional, pois, no mesmo período, o Produto Interno Bruto brasileiro cresceu em média 4,6% ao ano, enquanto as exportações brasileiras, 3,7% a.a. (Abreu, org., 1992, Anexo Estatístico, colunas 1 e 7). Na principal economia regional brasileira, a paulista, as exportações internacionais, aproximadamente no mesmo período cresceram apenas à taxa média anual de 3,3%, enquanto suas exportações totais terão crescido, no máximo, a uma taxa média de 4,4% a.a. Os dados das exportações internacionais de SP, brutos, estão em Almeida (1992:573), aplicando-se o mesmo deflator utilizado para os dados das exportações gaúchas (Love, 1982: 415, coluna C-1). Não dispomos dos dados para exportações totais de SP, mas apenas uma informação incompleta sobre a proporção das exportações internacionais no total (Cano, 1977, tabela 36). Para chegar à taxa de

análise, experimentou um processo de adensamento econômico, através da acumulação comercial e da diversificação produtiva, tornando-se também fornecedor de matérias-primas e mercado para a indústria regional, além de consumidor produtivo de matérias-primas da pecuária (couros e lã). Em consequência disso, bem como da crescente urbanização, surgiram na economia do RS impulsos dinâmicos endógenos mais significativos no final do período, levando a demanda monetária interna a ultrapassar a produção regional, conduzindo à absorção de “poupança externa” (déficits comerciais – ver Tabela 3), mesmo num momento em que, seguramente, essa produção apresentava acelerado crescimento. O surgimento de déficits comerciais em vários anos seguidos, após décadas de ocorrência predominante de superávits,¹⁶ indica que a demanda interna superava a produção estadual e adquiria papel mais relevante como fonte de dinamismo na economia gaúcha, ao longo dos anos vinte.

A demanda agregada continha outros componente autônomos que não o saldo comercial, que se tornaram mais importantes que as exportações para a determinação do nível da renda regional nos anos 1920. Considerando a evolução descrita para a economia regional nesse período, pode-se presumir que tais gastos autônomos tenham sido investimentos privados que introduziram novas atividades industriais, a lavoura comercial do arroz e os novos trechos da malha ferroviária, além dos gastos públicos financiados com emissão de dívida. A própria instalação de novas colônias de agricultores tem efeito semelhante ao de um bloco de investimentos, que estabelece nova capacidade produtiva e imediata geração de produto e renda.¹⁷ O adensamento das relações econômicas internas, através da expansão agrícola, comercial e industrial, bem como a expansão mais acelerada do consumo no meio urbano, devem acionar o mecanismo acelerador, assegurando a continuidade induzida do investimento e ampliando os impulsos internos para o crescimento econômico.

Também uma comparação da evolução das exportações com os tributos e os gastos públicos indica um crescimento da renda interna em grau superior ao das exportações. De 1897 a 1929, a execução orçamentária estadual (gastos totais) cresceu

4,4% a.a., supomos que essa proporção tenha sido de 80% em 1901 e caído para 60% em 1928, o que provavelmente superestima o crescimento do valor das exportações totais da economia regional paulista.

¹⁶ Entre 1921 e 1929 a economia gaúcha apresentou déficits comerciais em todos os anos, que oscilaram entre 6% e 29% do valor das importações. Nos períodos anteriores, de 1901 a 1920, ocorreram superávits comerciais em todos os anos (Herrlein Jr., 2000:150). Não há dados de importação para o período de 1881 a 1900. Mais remotamente, predominavam amplamente os superávits comerciais. Os dados relativos aos saldos comerciais cobrem 38 anos entre 1838-80, quando ocorrem superávits em 28 anos, ocorrendo déficits sempre em anos nos quais o valor das importações apresentou-se anormalmente elevado. Nas décadas de 1850, 1860 e 1870, os saldos das exportações sobre as importações atingiram em média 17%, 21% e 91%, respectivamente (Dalmazo, 1986: Tabelas I-1).

50% mais que as exportações. A diferença mais acentuada ocorreu no subperíodo 1916-29, quando os gastos cresceram 70% mais. A receita tributária do Estado, que corresponde apenas a uma parte de suas receitas totais, cresceu apenas 7% mais que exportações de 1904 a 1929, mas o diferencial concentra-se especialmente nos anos 1921-29, quando a receita de tributos cresceu 27% mais que as exportações. Por fim, a soma das receitas tributárias dos municípios gaúchos cresceu mais que as exportações, em 57%, de 1912 a 1927.¹⁸

A transição ao capitalismo no RS processou-se sobretudo através da diferenciação e do desdobramento da estrutura produtiva e social da região, diferentemente das economias regionais agroexportadoras. Nessas últimas, notadamente no caso de SP, em que os contornos da transição capitalista foram dados pela acumulação do capital cafeeiro e sua transformação em capital industrial, o estabelecimento da indústria e de outros setores capitalistas (além da própria expansão capitalista no campo) foi acelerado, sem um prévio desenvolvimento manufatureiro rural ou urbano, seguindo o ritmo das transformações promovidas pelos ciclos de acumulação cafeeira, conforme as circunstâncias do comércio exterior. No RS, a indústria de Porto Alegre, a agroindústria rural do norte, o setor de transporte fluvial, bem como também, resultando de um processo histórico mais longo, as charqueadas assalariadas, os bancos regionais e uma parte da indústria de Rio Grande e Pelotas emergiram durante a Primeira República como setores que promoveram a transição capitalista, todos eles formados a partir da diferenciação e desdobramento da estrutura produtiva regional. Esse desenvolvimento apoiou-se sobre uma acumulação capitalista de menores dimensões, porém muito diversificada e associada a uma estrutura social menos desigual, em comparação com a região de SP.

A penetração de relações capitalistas nas atividades econômicas no RS foi fruto de um desenvolvimento interno, embora articulado com os mercados “externos”. Esse processo não foi diretamente configurado pela inserção dessa economia regional no mercado mundial, sendo caracteristicamente mais lento do que na região de SP. Na peculiar estrutura fundiária do RS, a grande propriedade não era agroexportadora nem mercantil-escravista, enquanto a pequena propriedade desempenhou um papel econômico e social decisivo na transição capitalista. Tais características representavam

¹⁷ Os gastos de instalação de uma colônia envolviam as despesas de transporte dos imigrantes e com preparação das terras e obras de infraestrutura local (realizadas pelo Estado), gastos com a compra dos lotes (financiados aos colonos em poucos anos) e de instrumentos e sementes para o plantio.

¹⁸ Os dados das exportações estão em Dalmazo (1986: Tabelas I-3 e II-1) e foram deflacionados pelo deflator encontrado em Love (1982: 415, coluna C-1). Os dados da execução orçamentária estão em Pereira (1996:237, Tabela 2), dados da receita tributária estadual em Carvalho, Pereira, Almeida (1998:135-6, Tabela 5) e dados para as receitas tributárias municipais em Fonseca (1983:138, Tabela 44).

pressupostos histórico-sociais do capitalismo distintos em relação às demais regiões brasileiras.

A acumulação de capital comercial no RS processou-se em menor escala e menos concentrada do que na região agroexportadora cafeeira. A existência de dois pólos econômicos subregionais, apoiados numa estrutura dual de posse da terra, implicou maior distribuição espacial dos capitais e a divisão de esferas comerciais, mas também uma maior diversidade social e produtiva e uma capacidade de desdobramento econômico desconcentrado. A pluralidade de fontes da transformação sócio-econômica em curso refletia a diversificação produtiva alcançada pela economia regional, na medida que se somavam as pautas produtivas de dois sistemas econômicos. Além disso, a estrutura social da região foi marcada pela presença da pequena propriedade da terra, que deu origem a uma “classe média rural” e condicionou uma maior dispersão da acumulação comercial e industrial em Porto Alegre e nas zonas coloniais.

A difusão das relações capitalistas de produção no RS transcorreu atingindo simultaneamente diversas atividades econômicas, rurais e urbanas, em diferentes zonas do Estado. Essa difusão foi concomitante ao deslocamento do dinamismo econômico endógeno da zona sul para a zona colonial, ao norte do território estadual, onde aceleravam-se a acumulação e a diversificação capitalistas. Isto significa que a pequena propriedade e a sociedade das colônias predominaram no processo de transição capitalista e constituíram-se como principais matrizes sócio-econômicas da modernização no RS.

A relativa igualdade da estrutura social no sistema econômico da agropecuária colonial incorporou-se de várias formas ao modelo regional de desenvolvimento capitalista. A estruturação de uma sociedade baseada no acesso à (pequena) propriedade da terra no norte associada à pouca densidade demográfica nos latifúndios do sul determinaram uma escassez de força de trabalho para o capital, especialmente no meio urbano. Estabeleceu-se na região um maior diferencial de salários urbanos frente aos rurais e um nível de salários industriais relativamente elevado em comparação com as demais regiões brasileiras (Tabela 5). A composição da produção primária regional, voltada às necessidades básicas de consumo, favoreceu as condições de vida da população, reduzindo os custos relativos da subsistência. A expansão da sociedade de pequenos proprietários propiciou também a formação de um mercado interno regional moldado por uma melhor distribuição de renda. Apoiando-se sobre dois sistemas econômicos regionais, a expansão das atividades comerciais e industriais transcorreu com a significativa formação de pequenos e médios capitais. O processo de transição

capitalista no RS transcorreu, portanto, sobre bases sociais relativamente igualitárias, em comparação com às demais regiões brasileiras.

4. A intervenção do Estado

No RS, as transformações sócio-econômicas foram afetadas pela presença de uma peculiar cultura política republicana, que foi decisiva na condução das políticas públicas do Estado regional durante a Primeira República, período em que os governos estaduais gozaram de ampla autonomia federativa. A instauração da República representou uma profunda ruptura no controle político do Estado no RS, redundando na ascensão do grupo mais radical dentre os republicanos sul-rio-grandenses, os que professavam uma ideologia positivista, aglutinados no Partido Republicano Riograndense (PRR).¹⁹ Essa ruptura constituiu-se numa verdadeira **revolução política, de natureza burguesa e conservadora**, que provocou o deslocamento da oligarquia vinculada à economia pastoril da Campanha, bem como o desmonte da forma de dominação tradicional e patrimonialista (Targa, 2002).

O PRR desde logo encontrou apoio no Exército Nacional e nos primeiros anos da República forjou uma institucionalidade própria através da Constituição do Estado do Rio Grande do Sul (1891), na forma de uma “ditadura republicana”.²⁰ As concepções do PRR estavam embasadas na filosofia positivista, opondo-se tanto ao liberalismo político quanto ao liberalismo econômico. Os republicanos sul-rio-grandenses entendiam que ao Estado cabia um papel fundamental na organização da sociedade, garantindo a harmonia social (ordem) e promovendo o desenvolvimento econômico (progresso) (Pinto, 1986). Possuíam uma visão orgânica da sociedade, pregando a incorporação do proletariado moderno e uma sociedade sem diferenças sociais profundas. Contrariamente ao liberalismo político, não acreditavam na representação da sociedade através do voto. A verdadeira democracia era a administração da sociedade para todos e não a representação política da sociedade (Targa, 2002). Mesmo

¹⁹ A dimensão da ruptura política implicada na passagem à República expressou-se na violenta guerra civil de 1893-95, no Rio Grande do Sul. Essa guerra, que provocou a morte de cerca de 1% da população gaúcha, foi o núcleo da Revolução Federalista, o principal movimento armado nacional contrário à República. Dentre as regiões brasileiras, apenas o Rio Grande do Sul experimentou uma ruptura política dessa envergadura, marcando a ascensão de uma nova elite política que dispôs do poder público estadual para um projeto político inspirado no positivismo (Pinto, 1986; Targa, 1998).

²⁰ A Constituição estadual estabelecia uma ditadura, que segundo o ideário positivista era a forma adequada para que governantes ilustrados administrassem a sociedade cientificamente, visando ao interesse de todos. O caráter ditatorial da Constituição referia-se à rejeição do princípio liberal da representação parlamentar, pois os direitos civis e individuais estavam formalmente garantidos. Era permitida a reeleição do “Presidente do Estado”, que também nomeava o vice-presidente. Não havia poder legislativo em separado, pois a Presidência do Estado acumulava as funções executiva e legislava (Pinto, 1986). Essa Constituição estadual esteve no centro das divergências com a oposição liberal e motivou as guerras civis de 1893-95 e de 1923. Foi uma peça chave para a dominação política, pois

defendendo a livre iniciativa e preconizando a concorrência contra o regime de monopólio, o PRR não aceitava a supremacia do livre mercado sobre a vida social. O Estado deveria cumprir um papel auxiliar na vida econômica, exercendo uma tutela social, com responsabilidade sobre as condições de abastecimento e ocupação da população local. O positivismo justificava a intervenção do Estado na vida econômica, legitimando, no campo ideológico, as ações consideradas fundamentais para o plano econômico republicano pelo seu caráter social.

Os governos republicanos sofreram a oposição permanente e muitas vezes armada da fração excluída do poder, que expressava os interesses da classe social dominante até o final do Império. A existência de poderes ditatoriais não significou que os governos não tivessem de se explicar. Ao contrário, foi preciso **apoiar as ações estatais num discurso público** para obter estabilidade e legitimação. A dominação política inicialmente assentada no poder militar e na coação evoluiu para o estabelecimento de uma nova relação de poder com a sociedade. A legitimação dos governos republicanos deu-se em larga medida pela eficiência administrativa, pela moralidade dos negócios públicos, pela transparência e clareza das contas do Estado, pelo equilíbrio orçamentário e pela promoção do bem-estar de amplos setores da sociedade através de suas políticas econômicas (Targa, 1996b:86, org., 1998:74).

A dominação política assentou-se também na construção do PRR como partido político moderno, centralizado, disciplinado e doutrinário, através do qual foi possível organizar o poder público em todo o território, deslocando ou cooptando lideranças locais. Essa característica do PRR, associada à acentuada intervenção econômica do Estado, ampliaram os quadros públicos e favoreceram a ascensão política de elementos da classe média, que se tornam intendentess, delegados e administradores públicos. Controlando as instituições públicas e apoiando-se na ideologia positivista e nas ações econômicas e sociais empreendidas pelo Estado, o PRR dominou politicamente a zona das colônias e conquistou a adesão de diversos setores sociais. Desse modo, o PRR acabou articulando, em torno de um projeto de desenvolvimento regional diversificado, além de uma fração dos pecuaristas, também os pequenos proprietários rurais das colônias, as camadas médias urbanas, banqueiros, industriais e comerciantes.²¹

permitiu excluir do poder os grupos derrotados e forneceu a estrutura legal para garantir a manutenção do PRR no poder.

²¹ Entre os quadros do PRR registrava-se a presença de comerciantes, industriais, funcionários públicos, sindicalistas e banqueiros. De um modo geral, os governos republicanos receberam o apoio dos setores que possuíam interesses no mercado interno da região e de grupos pertencentes às classes urbanas em formação (Targa, 2002).

Os governos republicanos gaúchos entendiam que as dificuldades econômicas do Rio Grande do Sul eram decorrência de sua condição de economia exportadora. Eles criticavam a economia do Império, devido à dependência acentuada em relação aos produtos de exportação do sistema pecuário-charqueador. Pretendiam incrementar outras atividades, sem abandonar a pecuária bovina, tratando de diversificar a produção para resolver ou amenizar a crise por que passava a economia estadual (Fonseca, 1983:72). Para isso, era preciso dotar o Estado de uma sólida economia agrícola.²² O seu plano econômico para o Estado rompia com os preceitos de uma economia agroexportadora, cuja produção é pautada pela demanda externa. Ao contrário, exportar significava apenas vender ao exterior o que a economia interna não absorveu: “exporta-se o excesso, depois de abastecido o mercado local, que deve produzir tanto quanto for possível para satisfazer suas necessidades” (Fonseca, 1983:72). As exportações eram assim consideradas como mercados para o excedente da produção estadual e não como forma adequada para manter o nível de renda estadual.

A falta de condições materiais adequadas ao pleno desenvolvimento da estrutura produtiva da região demandou uma ação mais intensa dos governos republicanos, em função da carência de capitais. O governo tomou a si a tarefa de incrementar a economia de todas as zonas da região, desenvolvendo os meios de transporte e realizando outros gastos com a promoção do desenvolvimento econômico.²³ Esses gastos foram orientados segundo um modelo pré-concebido de Estado e de sociedade, obedecendo a um projeto de governo que tinha por fim modificar a estrutura produtiva da região, bem como as relações de poder político em nível estadual (Pereira, 1996).

O modelo regional de desenvolvimento capitalista foi estruturado sob a égide do Estado, que se articulou economicamente e através da estrutura de poder com as forças sociais novas e dinâmicas, desvinculadas do latifúndio tradicional. Os governos republicanos empreenderam ações que determinaram largamente o movimento da economia e a organização da sociedade durante esse momento crucial da transição capitalista. O Estado apoiou a colonização e a expansão da agropecuária colonial, aplicando recursos e fornecendo infraestrutura. Buscou organizar os produtores agrícolas e agroindustriais a partir de suas entidades representativas ou mesmo estimulando a sua organização, através da formação de “cartéis” (arroz, banha, vinho,

²² Essa visão divergia da proposta da oposição para a economia estadual, que deveria ser a especialização na pecuária, em que detinha vantagens comparativas, cabendo aos governos apoiar especificamente essa atividade, promovendo a “defesa do boi”, tal como ocorria com o café no Estado de SP (Fonseca, 1983).

²³ Nesse ensaio, para fins de quantificação, consideramos como “gastos com a promoção do desenvolvimento econômico”: obras e serviços prestados visando modernizar a infra-estrutura econômica, incluindo a promoção do desenvolvimento agrícola, industrial e comercial, a infraestrutura de transportes, de energia e recursos minerais e o saneamento público (Pereira, 1996).

fumo, charque), com os objetivos de regular a qualidade e a quantidade da produção, de garantir o abastecimento interno e de controlar os mercados dos principais produtos gaúchos. (Bak, 1977). Também conduziu à integração espacial do território regional, mediante a encampação de portos e ferrovias, ampliando o mercado interno e defendendo sua base produtiva através do combate ao contrabando. A ação econômica do Estado também alcançou o mercado financeiro, através da atuação na esfera da poupança popular. O Governo instituiu, em 1914, as Caixas oficiais de Depósitos Populares, que utilizavam a estrutura das coletorias estaduais, oferecendo à população rural a possibilidade de realizar a poupança de pequenas quantias, com garantia oficial. No último governo republicano do período (Getúlio Vargas), consolidou-se uma importante flexibilização da doutrina positivista, passando-se a aceitar o papel do crédito para o desenvolvimento econômico. Em 1928, o Governo criou o Banco do Estado do Rio Grande do Sul, atendendo ao apelo do setor primário, em vista da histórica dificuldade de fornecimento de crédito de longo prazo — hipotecário — pela rede bancária privada.

O financiamento dos gastos com o desenvolvimento econômico fez-se, em sua maior parte, com superávits acumulados da realização orçamentária (saldos das receitas ordinárias sobre despesas ordinárias). Os empréstimos foram admitidos somente em casos de aplicação produtiva, como em obras de interesse público geral.²⁴ Por isso, os governos estaduais também se lançaram em empreendimentos que romperam o equilíbrio das finanças públicas, como a encampação da barra e do porto de Rio Grande e da Viação Férrea, que provocaram o endividamento do Estado.

A administração das finanças públicas produziu resultados fiscais superavitários em quase toda a Primeira República (Carvalho, 1996). A política fiscal buscou a extinção progressiva do Imposto de Exportação, que encarecia e dificultava a colocação dos produtos gaúchos nos mercados regionais brasileiros. Com isso favoreceu-se a diversificação da pauta de exportações e sua expansão, através de isenções, bem como protegeu-se as indústrias, gravando em maior grau as exportações de matérias-primas. Apesar de não lograr a extinção total do imposto, o montante de sua renúncia fiscal alcançou cerca de 70% na década de 20, ocorrendo a recuperação das receitas perdidas através da criação de um novo imposto territorial, que incidia progressivamente sobre a

²⁴ A restrição da ideologia positivista ao crédito e ao endividamento público representava uma limitação para a ação econômica do Estado regional, tal como indica Fonseca (1985). Essa restrição ao crédito, associada ao preceito do orçamento equilibrado, distinguem a política econômica dos governos republicanos positivistas de uma política desenvolvimentista em senso estrito. Entretanto, tais limitações de fundo ideológico parecem não ter impedido a ampliação da agenda do Estado, como buscamos evidenciar.

propriedade da terra (Pereira, 1996).²⁵ A orientação fiscal do Estado teve por efeito desonerar o capital comercial e industrial, ampliando a tributação sobre a propriedade fundiária.

A ação econômica do Estado manifestou-se em diversas áreas e seguiu uma trajetória de **crecente comprometimento com a solução de problemas da economia gaúcha**. Isso foi feito através de gastos públicos com a promoção do desenvolvimento econômico, os quais cresceram durante todo o período da Primeira República, exceto entre 1912 e 1918, quando a queda das transações externas provocou redução da arrecadação e contenção geral de gastos. Em termos reais, o orçamento total do Estado do RS cresceu 580%, entre 1893 e 1929, enquanto os gastos com promoção do desenvolvimento cresceram mais de 15.500%. O peso desses últimos gastos no orçamento total cresceu de 2,5% para 56,4% entre os mesmos anos, graças ao comprometimento do Estado com a infraestrutura de transporte (portos e ferrovias).²⁶

A política de gastos dos governos republicanos gaúchos seguiu o propósito de reorientar o modelo de acumulação baseado nas exportações pecuárias para um modelo mais diversificado, baseado na integração e expansão do mercado interno e na agropecuária colonial. O projeto econômico do Estado associou-se à perspectiva dos novos agentes sociais, desvinculados do latifúndio, que promoviam a diversificação da base produtiva e conferiam dinamismo à economia regional. Os gastos públicos foram decisivos para a promoção das transformações e da expansão da economia gaúcha, contribuindo para que se instaurasse um círculo virtuoso, ampliando as receitas públicas.

Ao buscar a diversificação produtiva e a integração espacial do mercado regional, os governos republicanos atenderam as demandas de setores produtivos que ainda não haviam se constituído como dominantes na região (Pereira, 1996) e conduziram uma verdadeira **reforma econômica** no RS. Por outro lado, ao dar continuidade ao processo de colonização iniciado no período imperial, os governos

²⁵ O Estado também direcionou o processo de modernização da sociedade, ao promover a educação pública e o acesso à saúde através do livre exercício da medicina. A educação pública encabeçava as despesas (exceto em tempos de guerra) e o Governo estadual destinava à educação maior proporção das rendas do que em SP e Minas Gerais. A ênfase emprestada à educação pública, combinada à capacidade do governo de tributar expressivamente a propriedade da terra, conferiram um cunho nitidamente progressista à política fiscal estadual, em confronto com outros estados (Levine, 1977).

²⁶ Os dados citados foram extraídos do trabalho de Pereira, que analisou as despesas orçamentárias do RS e de SP (exclusive o programa de valorização do café). Para efeito de comparação, considere-se que, no mesmo período (1893-1929), o orçamento de SP cresceu 226% em termos reais, enquanto os gastos com desenvolvimento apenas 146%. A evolução dos gastos públicos do Governo gaúcho revela um padrão específico de intervenção, pois o seu orçamento total representava em 1893 apenas 19% do de SP, chegando a 40% do mesmo em 1929 (Pereira, 1996: Tabelas 2 e 3).

republicanos promoveram a ampliação da classe dos pequenos proprietários rurais, fomentando assim uma **reforma também social** no RS.

5. Formação do mercado de trabalho e desenvolvimento industrial

A questão nuclear do processo de transição capitalista foi a passagem do trabalho escravo para o trabalho assalariado, que exigiu a conformação de um mercado de trabalho livre e a elaboração de novas formas de dominação do capital sobre o trabalho. Esse processo assumiu formas sócio-históricas específicas no RS, na medida que não resultou da imigração em massa e concentrada no tempo como em SP. Em contraste com a experiência dessa região, no RS a formação do mercado de trabalho não decorreu imediatamente das necessidades capitalistas de mão-de-obra, mas sim do desenvolvimento das sociedades da pecuária e das colônias, que gerou excedentes demográficos potencialmente assalariáveis nos meios urbano-industriais em formação (Almeida, 1992).

Os imigrantes chegaram ao RS desde 1824 e estabeleceram-se, em sua grande maioria, como colonos, com acesso à propriedade rural, e, portanto, não como trabalhadores livres, disponíveis para o capital. Dessa forma, no último quartel do século XIX e nas primeiras décadas do século XX, as colônias já estabelecidas e as novas que se organizavam representavam a possibilidade de acesso à propriedade da terra, constituindo uma dificuldade para a transformação da capacidade de trabalho em mercadoria — força de trabalho. Consequentemente, a gestação da força de trabalho livre derivou principalmente da evolução demográfica da população já estabelecida ao final do Império ou da imigração espontânea, num processo mais lento se comparado à formação do mercado de trabalho livre na região cafeeira. A estrutura da propriedade fundiária na região gaúcha não obstaculizou a constituição do mercado de trabalho, porém determinou uma escassez relativa de força de trabalho, que condicionou o padrão regional de acumulação industrial (Herrlein Jr. e Dias, 1993).

A indústria sul-rio-grandense surgiu no último quartel do século XIX, quando a implantação de algumas fábricas metalúrgicas e têxteis combinou-se à evolução fabril de muitas manufaturas e agro-indústrias. De um modo geral, o fator decisivo para a constituição das firmas industriais foi o aporte de capital comercial (Lagemann, 1980), acumulado sobretudo nos fluxos mercantis que integravam a zona colonial, com seus produtos agrícolas e derivados, a Porto Alegre e, através desta, ao porto de Rio Grande e aos mercados externos, das demais regiões brasileiras e exterior. Embora apenas em alguns casos o artesanato comercial tenha dado origem à indústria com base em acumulação própria, essa atividade artesanal, exercida em ampla escala nas colônias de

imigrantes europeus e descendentes, forneceu mão-de-obra especializada que favoreceu a formação de indústrias. Em alguns setores, como o de carnes frigorificadas e têxteis, houve aporte de capitais externos, fosse em escala individual, fosse como resultado de decisões de inversão de grandes companhias estrangeiras. Ao lado dos novos estabelecimentos propriamente industriais que se constituíram desde o final do século XIX, figuravam as charqueadas, que permaneceriam responsáveis por uma parcela importante da produção industrial regional.

A indústria gaúcha surgiu menos influenciada pelas relações com o comércio exterior e mais vinculada às circunstâncias internas da economia regional, as quais se expressavam nas condições de mercado, no provimento de matérias-primas e na lenta formação do mercado de trabalho. Tomando-se o conjunto da indústria regional ao final dos anos 1910, os estabelecimentos voltados para a “exportação” eram minoria, situando-se nos ramos têxtil e nos de processamento de carnes, banha e fumo. “Em regra a indústria nasceu voltada para o atendimento dos mercados locais, suplementando as importações [...] [e suas atividades] buscavam cobrir as amplas necessidades de seus consumidores através de uma produção diversificada” (Lagemann, 1980:116). As indústrias que se originaram a partir do atendimento aos mercados locais e regional eram características do parque fabril de Porto Alegre, o qual assumiu a preponderância regional provavelmente ainda antes de 1920 (Singer, 1977:174).

O RS possuía a mais alta porcentagem de firmas industriais pertencentes a nacionais, dentre todos os estados brasileiros em 1920 (Love, 1975:136). Essa indústria regional apresentava uma relação mais estreita com a base produtiva primária em todo o estado e originou-se em boa medida a partir da substituição de produção artesanal, encontrando a força de trabalho e o mercado de que necessitava para sua expansão a partir do desenvolvimento da própria economia regional. Em vista disso, a indústria articulava-se como um elemento que conferia unidade à economia gaúcha. A diversidade e a pluralidade de atividades produtivas primárias determinaram também a amplitude da produção industrial de bens de consumo, que atendia às necessidades da população local.²⁷

²⁷ Paul Singer (1977) rejeitou abertamente a interpretação de Limeira Tejo (1939) sobre a origem da indústria (através da evolução do artesanato), referida em nota anterior. Mas também Singer equivocou-se ao interpretar o surgimento da indústria gaúcha como uma “substituição de importações”, as quais já teriam penetrado no mercado regional, destruindo o artesanato e estabelecendo uma base de mercado minimamente unificada a ser ocupada pela produção local, substituidora de importações. É o próprio Paul Singer (1984) quem oferece uma pista para uma interpretação alternativa, quando reconhece que nos estados da região sul, onde desenvolveu-se a agricultura comercial de alimentos baseada na pequena propriedade, formaram-se mercados regionais com suficiente grau de integração para que emergisse uma indústria substituidora de produção artesanal previamente existente.

O desenvolvimento industrial no RS também caracterizou-se por um maior fracionamento da propriedade industrial em relação a SP e pela presença mais significativa de estabelecimentos industriais de escala artesanal, constituídos como negócios individuais ou sociedades em nome coletivo (Tabela 4). Apesar de serem ampla maioria, esses pequenos estabelecimentos conviviam com outros médios e grandes, que concentravam a maior parte dos operários e da produção. Nesse sentido, a indústria gaúcha também era concentrada, mas seus estabelecimentos eram em média de tamanho inferior aos das demais regiões.²⁸

A indústria gaúcha constituiu-se e expandiu-se no início do século com base num mercado de trabalho restrito, operando provavelmente em condições próximas ao pleno emprego da força de trabalho de que podia dispor.²⁹ Havia larga margem para a formação de pequenas e médias unidades fabris, nas quais a habilidade e autonomia do trabalhador ainda se faziam presentes. A oferta restrita de força de trabalho para a indústria, que se expandia aceleradamente no período, deve ter contribuído para os níveis regionais de salários médios diários mais elevados no Rio Grande do Sul, em comparação com quase todas as regiões brasileiras em que a indústria tinha alguma expressão (Tabela 5).

É provável que a disputa pela força de trabalho tenha sido um fator importante a induzir os industriais gaúchos a adotarem certas práticas assistencialistas, visando estabelecer vínculos de dependência dos trabalhadores e suas famílias com as empresas.³⁰ A maior distribuição da propriedade industrial, o envolvimento dos proprietários com a atividade fabril e as práticas assistencialistas do patronato ensejaram relações de trabalho com menor grau de conflito. Os maiores salários diários não prejudicaram, contudo, o desempenho da indústria regional, pois ou não se materializavam enquanto maiores custos para a produção, em nível de cada gênero

²⁸ Considerando-se todos os estabelecimentos industriais, os tamanhos médios, quanto ao número de operários, eram de 13,9 no RS, 20,3 em SP e 22,5 no resto do Brasil. Tomando-se apenas os estabelecimentos capitalistas (10 ou mais operários), os tamanhos médios eram de 60,5 no RS, 84,1 em SP e 71,8 no resto do Brasil.

²⁹ Uma estimativa direta da expansão da ocupação na indústria e em outros setores entre 1900 e 1920 foi obtida através da análise combinada dos dados demográficos da ocupação e dos dados da indústria no RS nos dois anos referidos (Herrlein Jr., 2000: 155). Essa análise da ocupação segundo setores econômicos indica que, nesses vinte anos, a ocupação nos serviços (exclusive serviços domésticos) elevou-se em 149%, na indústria extrativa 531% e na indústria manufatureira 634% (exclusive agroindústrias estabelecidas no meio rural). Essas taxas devem ser comparadas ao crescimento de 103% da população em idade ativa no mesmo período, comparação que permite concluir que os três setores citados ampliaram seu peso na ocupação e devem ter pressionado o mercado de trabalho urbano.

³⁰ Dentre as práticas assistencialistas aos trabalhadores adotadas pelo patronato industrial do RS, destacaram-se a constituição de fundos de pensão, a assistência médica fornecida pelas empresas, a manutenção de escolas para os trabalhadores e para seus filhos e, em alguns casos, também o provimento de moradias às suas famílias. (Pesavento, 1988).

industrial, ou eram compensados pela maior produtividade econômica relativa do trabalho industrial (Herrlein Jr. e Dias, 1993).

Por outro lado, a indústria gaúcha dependia da provisão de força motriz gerada internamente aos estabelecimentos fabris, o que ampliava tanto a aplicação de capital fixo como os custos correntes de produção. A vinculação mais estreita dessa indústria à base produtiva primária também implicava uma produção com menor agregação de valor. Esses fatores combinavam-se na determinação de uma lucratividade da produção industrial gaúcha inferior à da indústria paulista, embora superior à das demais regiões brasileiras (ver Herrlein Jr., 2000: cap. 3).

6. Considerações finais

No RS, o desenvolvimento econômico, na fase de aceleração da transição capitalista (1889-1930), assumiu certas características específicas que configuram uma verdadeira anomalia no quadro nacional: a) uma dinâmica macroeconômica crescentemente determinada por impulsos endógenos, resultantes do desdobramento e da diversificação da estrutura produtiva regional já estabelecida; b) o papel proeminente da economia e da sociedade das colônias como matriz da transição capitalista; c) as referências ideológicas e o padrão de intervenção do Estado regional; d) o processo relativamente lento de formação do mercado de trabalho urbano-industrial, restringido pela possibilidade de acesso à propriedade da terra, que determinou uma escassez de força de trabalho; e e) um desenvolvimento industrial diversificado, estreitamente vinculado à produção primária local (também diversificada), com peso mais significativo da pequena propriedade e menor grau de concentração técnica da produção.

Esse modelo regional de desenvolvimento capitalista ficou restrito ao RS, não encontrando semelhança ou analogia com as características do mesmo processo nas demais regiões brasileiras. As reduzidas dimensões relativas da economia gaúcha, a restrita massa econômica e pouca sofisticação de sua produção industrial, em comparação com a economia paulista, impossibilitaram que no RS se estabelecesse um processo de crescimento econômico amplamente apoiado na demanda interna, quando o mercado mundial entrou em crise a partir do colapso de 1929. Como se sabe, foi a partir da economia capitalista agroexportadora cafeeira que se estabeleceram as condições do respectivo sistema econômico regional para produzir seus próprios impulsos dinâmicos, deslocando para a demanda interna o dinamismo do conjunto da economia nacional e desencadeando um processo de industrialização regionalmente concentrado (Castro, 1971a). O desenvolvimento capitalista no RS não foi capaz de produzir essas condições,

nem tampouco de se impor como modelo predominante desse processo em escala nacional. Esse outro capitalismo está inscrito na História como realidade para essa região e como possibilidade descartada na formação nacional. Como realidade histórica, pertence ao passado, mas ainda repercute na diferença regional da sociedade gaúcha, que permaneceu menos desigual, e nas manifestações culturais que marcam a identidade e a vida social e política dos gaúchos em todo o Brasil.

Bibliografia citada

- ABREU, Marcelo de P. (org.) (1992). **A ordem do progresso: cem anos de política econômica republicana 1889-1989**. Rio de Janeiro: Campus.
- ALMEIDA, Pedro F. C. de (1991). Exportações e indústria no Rio Grande do Sul: 1930-74. . **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.12, n.2. p. 349-82.
- _____ (1992). A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha: 1870-1930. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, v.13, n.2. p. 546-77.
- AXT, Gunter (1998). Política portuária e de navegação e a formação do Estado no Rio Grande do Sul. In: TARGA, L.R.P. (org.) (1998). **Breve inventário de temas do Sul**. ob. cit.
- BAK, Joan L. (1977). **Some antecedents of corporatism: state economic intervention and rural organization in Brazil – the case of Rio Grande do Sul, 1890-1937**. Yale University.
- CANO, Wilson (1977). **Raízes da concentração industrial em São Paulo**. São Paulo, Hucitec.
- CARDOSO, F. H. (1977). **Capitalismo e escravidão no Brasil meridional**. Rio de Janeiro, Paz e Terra.
- CARVALHO, Maria Lúcia L. de (1996). A política fiscal dos Estados e as funções de acumulação e de legitimação. In TARGA, Luiz R. P. (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**. ob. cit.
- CARVALHO, Maria Lúcia L. de, PEREIRA, Paulo R. D., ALMEIDA, Pedro F. C. (1998). O incentivo fiscal às exportações gaúchas durante a Primeira República. In: TARGA, L.R.P. (org.) (1998). **Breve inventário de temas do Sul**. ob. cit.
- CASTRO, Antônio B. de (1971). A herança regional no desenvolvimento brasileiro. In _____ (1971). **Sete ensaios de economia brasileira**. Rio de Janeiro, Forense.
- _____ (1971a). A industrialização descentralizada no Brasil. In _____ (1971). **Sete ensaios de economia brasileira**. Rio de Janeiro, Forense.
- DALMAZO, Renato (1986). **Evolução histórica e estrutural das relações de comércio do Rio Grande do Sul: século XIX a 1930**. Porto Alegre, FEE (documentos GERPRO n. 68).
- FONSECA, Pedro C. D. (1983). **RS: economia & conflitos políticos na República Velha**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- _____ (1985). A transição capitalista no Rio Grande do Sul: a economia gaúcha na Primeira República. **Estudos Econômicos**, São Paulo, v.15, n.2, p.263-289, mai.-ago.
- FRANCO, Sérgio da C. (1983). **Porto Alegre e seu comércio**. Porto Alegre, Associação Comercial de Porto Alegre.
- FURTADO, Celso (1982). **Formação econômica do Brasil**. São Paulo, Nacional.
- HERRLEIN JR., Ronaldo (2000). **Rio Grande do Sul, 1889-1930: um outro capitalismo no Brasil meridional?** Tese de Doutorado em Economia. Campinas, IE-UNICAMP.
- HERRLEIN JR., Ronaldo, DIAS, Adriana (1993). Trabalho e indústria na Primeira República: um ensaio de análise comparativa entre as sociedades do Rio Grande do

- Sul e de São Paulo. **Ensaios FEE**, (14)1:255-298. Porto Alegre, FEE.
- LAGEMANN, Eugênio (1980). Imigração e industrialização. In DACANAL, J.H. e GONZAGA, S. (1980). **RS: imigração e colonização**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- _____ (1985). **O Banco Pelotense & o sistema financeiro regional**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- _____ (1999). A História do Sistema Financeiro no Rio Grande do Sul e no Uruguai dos primórdios até 1931: uma comparação. In: **Anales** Segundas Jornadas de Historia Económica. Montevideo, julio de 1999.
- LEVINE, Robert (1977). O Rio Grande do Sul como fator de instabilidade na República Velha. in: FAUSTO, Bóris. **História geral da civilização brasileira**. Rio de Janeiro, Difel. v.2, t.3.
- LOVE, Joseph L. (1975). **O regionalismo gaúcho e as origens da Revolução de 1930**. São Paulo, Perspectiva.
- _____ (1982). **A locomotiva: São Paulo na federação brasileira, 1889-1937**. São Paulo, Paz e Terra.
- PESAVENTO, Sandra (1988). **A burguesia gaúcha: dominação do capital e disciplina do trabalho, RS 1889-1930**. Porto Alegre, Mercado Aberto.
- PEREIRA, Paulo R. D. (1996). As políticas de gasto público dos Estados e a promoção do desenvolvimento. In TARGA, Luiz R. P. (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**. ob. cit.
- PINTO, Celi R. J. (1986). **Positivismo: um projeto político alternativo (RS: 1889-1930)**. Porto Alegre, L&PM.
- RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: população (1930) Rio de Janeiro.
- RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: indústria (1927). Rio de Janeiro.
- RECENSEAMENTO DO BRAZIL 1920: salários (1928). Rio de Janeiro.
- SANTOS, Corcino M. (1984). **Economia e sociedade do Rio Grande do Sul: século XVIII**. São Paulo, Ed. Nacional, Brasília, INL, Fundação Nacional Pró-Memória.
- SINGER, Paul (1977). Porto Alegre. In _____ (1977). **Desenvolvimento econômico e evolução urbana**. Rio de Janeiro, Cia. Editora Nacional.
- _____ (1984). Interpretação do Brasil: uma experiência história de desenvolvimento. In FAUSTO, Bóris (org.) (1984). **O Brasil republicano, III; economia e cultura (1930-1964)**. São Paulo, Difel.
- SOUZA, P. R. (1973). **Un modelo primário exportador regional: el caso de Rio Grande do Sul, Brasil**. Trabajo de seminario para optar al grado de Magister en Ciencias Económicas. Santiago, Fac. Eco. Pol/Universidad de Chile.
- TARGA, Luiz R. P. (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas: dez escritos de história regional comparada**. Porto Alegre, FEE.
- _____ (1996a). As diferenças entre o escravismo gaúcho e o das *plantations* do Brasil. In _____ (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**. ob. cit.
- _____ (1996b). Violência revolucionária e fundação do Estado burguês. In _____ (org.) (1996). **Gaúchos & paulistas**. ob. cit.
- _____ (org.) (1998). **Breve inventário de temas do Sul**. Porto Alegre, UFRGS, FEE, Lajeado, UNIVATES.
- _____ (2002). **Le Rio Grande do Sul et la création de L'État "développementaliste" brésilien**. Thèse pour le doctorat en sciences économiques. Ecole doctorale d'économie, Université Pierre Mendes, Grenoble.
- TEJO, Limeira (1939). **A indústria rio-grandense em função da economia nacional**. Porto Alegre, Globo.
- _____ (1982). Contribuição à crítica da economia rio-grandense. **Ensaios FEE**. Porto Alegre, v.3, n.1. p. 79-108.

Tabela 1
Participação dos principais produtos no valor total das exportações do Rio Grande do Sul, segundo as somas dos valores em períodos selecionados 1878-1988/1919-1929

Produtos	1878-1888	1889-1900	1919-1929
(1) Charque	30,3%	25,9%	19,1%
(2) Couros	30,5%	18,7%	10,1%
(3) Lã	1,4%	1,9%	4,2%
(4) Carnes Frigorificadas	---	---	3,8%
(I) Sub-total: soma de (1) a (4)	62,2%	46,5%	37,2%
(5) Banha	1,8%	11,3%	15,6%
(6) Farinha de Mandioca	3,2%	7,3%	2,2%
(7) Feijão	0,2%	7,6%	3,8%
(8) Fumo	1,9%	2,9%	4,3%
(9) Outros (*)	1,7%	1,8%	3,4%
(10) Vinho	0,1%	0,1%	2,5%
(II) Sub-total: soma de (5) a (10)	8,8%	31,0%	31,6%
(11) Arroz	---	---	10,1%
(III) Total (I) + (II) + (11)	71,0%	77,6%	78,9%
Total do RS	100,0%	100,0%	100,0%

(*) batata-inglesa, erva-mate, cebolas e alhoos.

Fonte: Dalimazo (1986: Tabelas I-5, I-6, I-7, I-9, I-10, I-12, I-13, II-7, II-9, II-11, II-12, II-14, II-17, II-19, II-21, II-23, II-27, II-29 e II-34).

Legenda: Grupo (I): principais produtos de exportação da pecuária sulina; (II) principais produtos de exportação da agropecuária colonial; (III) principais produtos de exportação do RS.

Nota: os percentuais refletem o peso das somas dos valores por produto na soma dos valores totais exportados, aos níveis de preço correntes.

Tabela 5
Índices Regionais do Valor do Salário Médio Diário de todos os Operários (motores e menores, de ambos os sexos), segundo os Gêneros Industriais — 1920

GÊNEROS	SÃO PAULO	BR exclusive RS e SP	DIST.FED. E RIO DE JANEIRO	MINAS GERAIS	PERNAMBUCO	BÁHIA
ALIMENTAÇÃO	103,4	80,7	100,5	80,2	64,7	56,1
TÊXTIL	91,2	75,7	104,8	51,0	56,5	62,5
MADEIRA	111,3	115,0	132,0	95,0	100,6	70,0
VEST.TOU.C.ALCAD.	82,5	93,9	103,1	80,9	61,7	49,0
CERÂMICA	96,6	84,8	96,2	74,7	71,8	69,2
EDIFICAÇÃO	95,3	83,6	111,3	80,9	63,6	34,9
MOBILIÁRIO	100,0	127,4	144,9	99,1	116,1	98,8
METAL.-MECÂNICA	93,6	90,2	94,1	63,8	103,6	70,9
QUÍMICA E PROD.AFINS	112,0	99,3	106,1	114,6	84,1	79,1
MAT.-TRANSPORTE	95,7	101,8	106,7	87,2	78,1	---
COURO E PELES	89,8	78,7	95,4	66,1	72,0	27,7
TOTAL	94,0	88,2	105,4	62,7	64,5	58,6

Fonte: Recenseamento do Brasil: vol.5 parte 2, Salários (1928); p. 98-433.

Tabela 2
Distribuição das exportações do Rio Grande do Sul, segundo os mercados de destino — 1901-1930

Período	MERCADOS REGIONAIS BRASILEIROS					EXTERIOR
	RJ	SP	BA + PE	PR + SC	Outros Estados	
1901-1912	74,2%	n.d.	n.d.	n.d.	n.d.	25,8%
1913-1920	66,2%	27,7%	13,0%	15,8%	3,3%	33,8%
1921-1930	70,0%	32,5%	14,1%	12,3%	2,6%	30,0%

Fonte: os dados brutos já deflacionados estão em Almeida (1991: 373-5).

Tabela 3
Evolução das Exportações e Saldos Comerciais do Rio Grande do Sul, por subperíodos, 1891-1929

Subperíodos	Evolução Real da Exportações					Saldos Comerciais Médios (3) (relação X / M)
	Variação pontual a ponta (1)		Médias por subperíodo		Variação (%)	
	Total (%)	A o ano (2) (%)	Valores em 1929	Variação (%)		
De 1891 a 1900	19,1	1,8	132.553	22,9	n.d.	
De 1901 a 1913	138,3	6,9	221.544	67,1	1,58	
De 1914 a 1920	-38,0	-6,6	220.382	-0,5	1,99	
De 1921 a 1929	181,1	12,2	375.833	70,5	0,79	
De 1901 a 1929	315,4	5,0	269.146	---	1,44	

Fonte: dados brutos nominais em Dalimazo (1986: Tabelas I-3 e II-1). Deflatores: Love (1982: 415 coluna C-1).

Nota: (1) A base é o ano imediatamente anterior ao primeiro do subperíodo em foco; (2) Taxa média geométrica; (3) Média das relações entre os valores exportados e os importados, observadas em cada ano do subperíodo.

Tabela 4
Número total e distribuição dos estabelecimentos industriais e seus operários, segundo o caráter e porte dos estabelecimentos Rio Grande do Sul, São Paulo e resto do Brasil — 1920

CARÁTER E PORTE DOS ESTABELECEMENTOS (conforme o número de operários)	ESTABELECEMENTOS			OPERÁRIOS		
	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil	Rio Grande do Sul	São Paulo	Resto do Brasil
Número Total (100%)	1.773	4.145	7.418	24.661	83.998	166.853
Não-Capitalistas	81,4%	79,1%	72,5%	19,1%	13,1%	12,2%
Capitalistas	18,6%	20,9%	27,5%	80,9%	86,9%	87,8%
Pequeno Porte - 10 a 49	14,5%	14,9%	20,7%	19,9%	14,2%	18,4%
Médio Porte - 50 a 99	1,7%	2,5%	2,8%	9,1%	8,2%	8,6%
Grande Porte - 100 e +	2,4%	3,5%	3,9%	51,9%	64,4%	60,8%

Fonte dos dados brutos: Recenseamento do Brasil 1920: indústria (1927).

Nota: o agregado resto do Brasil representa os valores totais para o País, exclusive RS e SP.